

### A África que Não Existe (I)

Fernando Jorge Cardoso

A sobreposição, a partir da primeira metade dos anos 90, de reformas neoliberais e transições para a democracia em condições de profunda crise estrutural demonstrou ser um cocktail explosivo. Infelizmente, é este o modelo que existe para uma África que não existe.

Existem algumas características comuns à generalidade dos países africanos:

#### *Crise estrutural*

Visível na dificuldade de adaptação das frágeis economias africanas à revolução tecnológica e produtiva desencadeada a partir de meados dos anos 70, altura a partir da qual a deterioração dos termos de troca se tornou por demais evidente, originando défices crónicos nas balanças de pagamentos. A crescente marginalização de África dos fluxos de investimento produtivo e de modernização tecnológica e a perda progressiva de competitividade das exportações têm sido constantes nas duas últimas décadas. O peso da dívida externa então formada e que, apesar das últimas iniciativas de alívio, se mantém a níveis que impossibilitam a criação de poupanças para investimento, tornou a generalidade dos países ainda mais dependentes da ajuda internacional e do reescalonamento da dívida.

#### *Crise no modelo de desenvolvimento*

Acelerada pela erosão e, nalguns casos, pela desagregação dos Estados pós-coloniais, incapazes de assegurar uma gestão eficaz dos processos simultâneos de reformas económicas e de transição política, com dificuldades em assegurar um nível efectivo de soberania no todo territorial e confrontados com crises de legitimidade no exercício do poder. Na verdade, este cenário é potenciado pela substituição das perspectivas de longo prazo pelas de curto nas tomadas de decisão e pelo fim das estratégias de desenvolvimento, etiquetadas de despesistas e utópicas. É hoje claro que se o modelo de gestão baseado nos programas de estabilização e no financiamento casuístico de projectos criou equilíbrios nas contas do Estado, não criou, porém, um novo ciclo de investimentos, necessários à retoma do crescimento.

O avolumar de desastres humanitários é típico da presente etapa. O deteriorar da situação económica, o aumento em flecha da urbanização e a crescente informalização das sociedades, a diminuição das condições de higiene, segurança e habitação, o colapso ou o envelhecimento de infraestruturas essenciais ao normal funcionamento dos centros urbanos e da economia são factos a realçar.

O afluxo de refugiados e migrantes a centros urbanos ou de acolhimento precário, o aumento em flecha das "doenças do subdesenvolvimento", a diarreia, a malária, a bilharziose, a mal-nutrição e, com particular gravidade, a rápida dispersão da SIDA originaram a brusca diminuição da esperança de vida nos últimos anos. Os países africanos enfrentam hoje uma situação particularmente dramática com reflexos nas gerações futuras e no crescimento a longo prazo.

Verdade seja dita que, em várias partes do continente, designadamente em algumas cidades e entrepostos de exportação, também surgiram e se desenvolveram fenómenos de crescimento do consumo e de modernização de estruturas, pese embora o facto de, regra geral, estarem associados a uma cada vez mais evidente desigualdade na redistribuição da riqueza.

Não tendo existido, desde as independências nos anos 60, o tempo histórico necessário à formação de elites nacionalistas com tradições burguesas, estes fenómenos de enriquecimento, originados não só pela liberalização e privatização da propriedade estatal, mas também pela expansão da criminalidade organizada à volta de redes de tráfico de droga, de armas e do contrabando de pedras e madeiras preciosas, são visíveis em guetos urbanos e em enclaves de investimento e negócio ligados à exportação.

Face a cenários desta natureza, e com particular realce a partir da segunda metade dos anos 90, aumentaram em número e gravidade os conflitos violentos em vários países e regiões do continente, protagonizados por grupos armados visando o controle do Estado ou/e de recursos naturais (minerais e terra) e, não poucas vezes, o estabelecimento de redes criminosas e de contrabando.

Compreensivelmente, perante a fragilidade das instituições do Estado e das próprias identidades nacionais, as pertenças e obediências étnicas, regionais e religiosas têm vindo a assumir um papel acrescido, sendo manipuladas para fins políticos e de enriquecimento rápido, com ou sem recurso à violência.

Historicamente, este agravar da situação política, económica e social na África subsaariana acontece quase em simultâneo com um processo generalizado de transições democráticas a partir do início dos anos 90. Democracias frágeis, nas quais a separação de poderes é mais formal que real, são presa fácil para fenómenos de corrupção, de abuso de poder e de banditismo. As novéis instituições democráticas são, assim, confrontadas com situações que não criaram e que não estão em condições de resolver.

Os modelos de desenvolvimento neoliberal em vigor na maioria dos países africanos são particularmente desajustados para lidar com situações desta natureza. As políticas neoliberais favorecem a liberdade de circulação de bens e capitais e a iniciativa privada, sendo avessas à intervenção estatal, excepto em condições excepcionais (as designadas falhas de mercado). Adoptadas em países com estruturas económicas e instituições políticas consolidadas, poderão criar e criam muitas vezes ciclos virtuosos de crescimento, mesmo se acompanhados por aumentos nos indicadores de desigualdade social. Adoptadas em cenários onde as excepções (falhas de mercado) são a regra e onde predominam situações de profunda crise social, estimulam essa mesma crise. Não é por acaso que, na história recente, são os regimes autoritários que melhor mostraram saber lidar com este sistema no mundo em desenvolvimento, impondo pela força as regras do jogo. Na verdade, as democracias têm-se mostrado particularmente inábeis na gestão de crises sociais, aceleradas com a aplicação do neoliberalismo nos países em desenvolvimento.

Face à dificuldade em mobilizar recursos suplementares para a ajuda ao desenvolvimento sustentado e de longo prazo, os governos dos países doadores e as instituições multilaterais concentram os meios existentes na busca de uma mistura virtuosa entre alívio da dívida, ajustamento estrutural, combate à pobreza, apoio em situação de desastres humanitários, prevenção de conflitos e combate à corrupção. Perante a gravidade dos factos, a ajuda internacional está concentrada nas consequências dos problemas, procurando atenuar os seus sintomas. As tentativas de contenção da crise esgotaram-se com as medidas de estabilização e ajustamento estrutural e as perspectivas e capacidades de utilizar a ajuda como alavanca de desenvolvimento estão, na prática, congeladas.

Perante este cenário, as elites governamentais africanas têm adoptado uma postura contraditória, aplicando, por um lado, as políticas preconizadas e, por outro lado, acusando essas mesmas políticas de criarem e aprofundarem os problemas. Face à pressão externa dos doadores, incluindo os europeus, continuam em voga conceitos do género: sector privado como esteio do desenvolvimento, quando o sector privado que existe não tem nem a capacidade financeira, nem o know-how e muito menos a vocação para os investimentos necessários, designadamente em infraestruturas; sector informal como viveiro dos novos empresários, quando, na realidade, o sector informal é o viveiro dos excluídos da modernização; pequenos em oposição a grandes projectos, quando, na verdade, os pequenos projectos necessitam dos grandes para se afirmarem e reproduzirem...

O diagnóstico de esgotamento e inadequação do modelo neoliberal não é, porém, assumido quer pelas lideranças africanas, quer pelos doadores. Do mesmo modo, também não existe uma visão consensual sobre a importância de reforçar as instituições estatais, mesmo as democráticas. O centro das atenções e dos esforços continua a incidir sobre as consequências humanitárias da crise. Nestas circunstâncias, será que existem condições para substituir o modelo de desenvolvimento neoliberal em África? Serão os regimes democráticos capazes de sustentar e superar a crise ou veremos o regresso de governos centrais autoritários? Ou será que vamos assistir a uma prolongada implosão dos Estados, com o crescimento de redes informais e a proliferação de senhores da guerra?